



# Diário Oficial Jarinu

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -  
Jardim da Saúde. Jarinu/SP  
CEP 13240-000

(11) 4016-8200  
[www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)

05 março 24

Edição nº 245

Página 1 de 5

## SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO   Compras, Licitações e Contratos .....	2
SAÚDE   Vigilância Sanitária.....	2
CONSELHOS MUNICIPAIS   Atos dos Conselhos .....	2
CÂMARA MUNICIPAL   Atos do Poder Legislativo .....	3

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu  
CNPJ: 45.780.079/0001-59  
Endereço: Praça Francisco Alves  
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu  
CNPJ: 01.569.688/0001-98  
Endereço: Rua Antônio de Aguiar  
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-4330

**ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024****EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024**

A Prefeitura Municipal de Jarinu, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público o Chamamento Público objetivando a seleção de organização social de saúde para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços do Hospital de pequeno porte Unidade Mista de Saúde "Monsenhor Jacob Conti" em co-gestão com a Secretaria Municipal de Saúde, conforme os critérios especificados no edital e anexos. Os documentos de HABILITAÇÃO – Envelope 01 e PROPOSTA TÉCNICA E FINANCEIRA – Envelope 02, de todas as organizações/entidades de direito privado e sem fins lucrativos, interessadas, deverão ser entregues à Secretaria de Administração Geral, na Praça Francisco Alves de Siqueira Junior, nº 111, Jardim Saúde, Jarinu/SP, até o dia 10 de abril de 2024 às 09h00m. A sessão pública de abertura dos envelopes dar-se-á no dia 10 de abril de 2024 às 09h00m. O Edital, Minuta de Contrato de Gestão e anexos, estará disponível gratuitamente aos interessados para download no site: [www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)

Jarinu, 05 de março de 2024

Mirailton Moreira Gomes  
Secretário Municipal de Saúde

**SAÚDE | Vigilância Sanitária****DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Infração.

Processo: 70/24

Razão Social: LIMA E SILVA COM. DE ALIMENTOS LTDA.(SUP. BAHIA)

CNPJ/CPF: 18.170.372/0002-02

CNAE: 4711-3/02

Endereço: R NÁPOLIS, 627. NOVA TRIESTE

Município: JARINU UF:SP

Infração: Comercializar alimentos não acondicionados corretamente para venda; Não observando os preceitos de qualidade, limpeza e higiene.

Data do evento: 04/03/2024 Hora: 15h

AIP: 03/2024 AIF: 04/2024

Penalidade: ADVERTÊNCIA

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 05 de março de 2024.

Mirailton Moreira Gomes  
Secretário de Saúde

**DEFERIMENTO - EXPEDIÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE**

A Secretaria Municipal de Saúde de Jarinu, através da VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com o que rege a Lei Estadual 10.083 de 23/09/1998, torna público o que segue:

Comunicado de DEFERIMENTO referente a Expedição de Auto de Imposição de Penalidade.

Processo: 70/2024

Razão Social: Lima & Silva Comércio de Alimentos Ltda. (Sup. Bahia)

CNPJ/CPF: 18.170.372/0002-02

CNAE: 4711-3/02

Endereço: R Nápolis, 627. Nova Trieste

Município: JARINU UF:SP

Infração: Comercializar alimentos não acondicionados corretamente para venda; Não observando os preceitos de qualidade, limpeza e higiene

Data do evento: 04/03/2024 Hora: 15h

AIP: 03/2024 AIF: 04/24

Penalidade: ADVERTÊNCIA

O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente, respondendo civil e criminalmente por seu não cumprimento.

Jarinu, 07 de março de 2024.

Mirailton Moreira Gomes  
Secretário de Saúde

**CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos****Conselho Municipal de Assistência Social de Jarinu - SP**

RESOLUÇÃO N.º 02 / 2024 , de 29 / 01 / 2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei n.º 13.822, de 11 de Dezembro de 1996.

CONSIDERANDO, a deliberação da plenária realizada em 29/02/2024

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º - APROVAR A REPROGRAMAÇÃO DOS SEGUINTE FUNDOS DO ESTADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

PROGR/PROJ.	EXECUTOR	VALOR
Proteção Social Básica	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 71.256,24
Proteção Social Especial	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 26.190,89
Benefícios Eventuais	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 26.504,91
Acolhimento "SAI" (MULHER)	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 96.500,72

**ARTIGO 2º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.**

Jarinu (SP), 29 de Fevereiro de 2024.

Elaine Cristina da Silva  
Presidente CMAS

**Conselho Municipal de Assistência Social de Jarinu - SP**

**RESOLUÇÃO N.º 03 / 2024 , de 29 / 01 / 2024**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei n.º 13.822, de 11 de Dezembro de 1996.

**CONSIDERANDO**, a deliberação da plenária realizada em 29/02/2024

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º - APROVA A DEVOLUÇÃO DOS SEGUINTE FUNDOS DO ESTADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

PROGR/PROJ.	EXECUTOR	VALOR
Proteção Social Básica	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 21.506,05
Proteção Social Especial	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 26.281,68
Benefícios Eventuais	PREFEITURA DE JARINU	R\$ 20.190,32
Aprimoramento do CADUNICO	PREFEITURA DE JARINU	RS 18.630,01

**ARTIGO 2º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.**

Jarinu (SP), 29 de Fevereiro de 2024.

Elaine Cristina da Silva  
Presidente CMAS

**CÂMARA MUNICIPAL | Atos do Poder Legislativo****Lei Ordinária Municipal nº 2276 de 04 de março de 2024**

“Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Jarinu e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Jarinu - Estado de São Paulo, nos termos do artigo 45, §7º da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Presidente sanciona e promulga a seguinte lei ordinária:

Art. 1º. Esta lei dispõe e aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), constante do Anexo, de acordo com os princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes relativos à gestão integrada, gerenciamento, responsabilidades dos geradores e do poder público, bem como os instrumentos econômicos estabelecidos pela Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e conforme a Lei Municipal nº 1992/2015, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos.

§1º O PMGIRS é formado pelos seguintes princípios:

I - prevenção e a precaução;

II - visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

III - desenvolvimento sustentável;

IV - cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

V - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VI - reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

VII - direito da sociedade à informação e ao controle social;

VIII - razoabilidade e a proporcionalidade.

IX – A coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos são serviços públicos essenciais e serão fornecidos de forma gratuita a todos os contribuintes, sem exceção, vedada a instituição de taxas, tarifas, contribuições ou quaisquer outros encargos financeiros relacionados a tais serviços.

§2º Constituem diretrizes do PMGIRS:

I - buscar a responsabilização de todos os atores envolvidos no processo de gestão e manejo de resíduos sólidos;

II - desenvolver processos que busquem a alteração dos padrões de produção e consumo sustentável de produtos e serviços;



III - direcionar a educação ambiental para a cidadania, observando-a em todas as etapas da gestão e manejo integrado de resíduos sólidos;

IV - incentivar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

V - capacitar tecnicamente os envolvidos na área de resíduos sólidos;

VI - priorizar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis;

VII - implantar formas de tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

VIII - articular entre as diferentes esferas do poder público e privado, visando à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada dos resíduos sólidos.

Art. 2º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é estruturado em:

I - Eixo 1: Resíduos sólidos domiciliares (secos e úmidos);

II – Eixo 2: Resíduos dos serviços de limpeza pública;

III – Eixo 3: Resíduos dos serviços de saúde;

IV – Eixo 4: Resíduos da construção civil;

V – Eixo 5: Resíduos industriais;

VI – Eixo 6: Resíduos da zona rural (agrossilvopastoris);

VII – Eixo 7: Resíduos da logística reversa.

Art. 3º. O PMGIRS consistirá em ações implementadas de forma intersetorial no âmbito do território municipal e priorizará, quando cabível, a articulação regional.

Art. 4º. O PMGIRS está em consonância com conteúdo previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, no artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, para os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.

Art. 5º. Art. 5º. Compete ao Poder Executivo avaliar e monitorar a implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, publicando seus resultados no Portal da Transparência e comunicando seus resultados ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

Art. 5º-A - O Poder Executivo deverá disponibilizar no portal eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Jarinu, trimestralmente, contado a partir de 1º de janeiro de cada ano, relatório que informe sobre a execução da coleta, tratamento e destinação final do lixo e resíduos produzidos.

Parágrafo Único - O relatório deverá conter as seguintes especificações:

a) a quantidade do lixo coletado;

b) custo pela coleta, tratamento e/ou destinação final do lixo;

e) o processo de tratamento e/ou destinação final;

f) locais de destinação final (inclusive dos resíduos dos incineradores);

g) empresas utilizadas para prestação dos serviços e seus contratos;

Art. 6º. O PMGIRS terá a duração de 24 (vinte e quatro) anos contados a partir da data da publicação desta lei, devendo ser reavaliado a cada 08 (oito) anos coincidentes com o Plano Plurianual e sua atualização será aprovada mediante decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal deverá dar ampla publicidade ao conteúdo desta lei, bem como à realização de seus programas, estimulando a transparência e o controle social em sua execução.

Art. 7º-A. Fica expressamente proibida a instituição, cobrança ou exigência de taxa, tarifa, preço público, contribuição de melhoria ou qualquer forma de contraprestação financeira direta ou indireta, sob qualquer denominação ou modalidade, dos contribuintes ou usuários pelos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, seja de forma isolada ou em conjunto com outros serviços públicos.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 04 de março de 2024

Registrada e Publicada no Diário Oficial do Município

Simone Gerez de Moura  
Presidente da Câmara Municipal de Jarinu

## Lei Ordinária nº 2277 de 04 de março de 2024.

“Altera o Artigo 24 da Lei 1.842/2010 para conceder gratuidade no transporte público aos idosos acima de 60 anos e desconto na tarifa para professores; revoga as leis municipais 1609/2004 e 1657/2005.”

A Câmara Municipal de Jarinu - Estado de São Paulo, nos termos do artigo 45, §7º da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Presidente sanciona e promulga a seguinte lei ordinária:

Artigo 1º - A redação do artigo 24 da Lei Municipal 1.842/2010 passa a ser:

“Artigo 24 – As dispensas ou reduções tarifárias, além das previstas nesta Lei, deverão obedecer a legislação municipal de regência, devendo dispor de fontes específicas de recursos para garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.



§1º - Fica garantida a gratuidade no transporte coletivo para as pessoas com idade menor que 06 (seis) e igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

§2º - Os alunos do ensino oficial de primeiro e segundo graus do Município de Jarinu, gozarão do desconto de 50% (cinquenta por cento) calculado sobre a tarifa normal praticada.

§3º - Os professores gozarão de desconto de 50% (cinquenta por cento) calculado sobre a tarifa normal praticada.

A- O desconto concedido aos professores não altera os valores destinados ao vale transporte dos docentes que são servidores públicos municipais.”

Artigo 2º - Ficam revogadas as Leis Municipais nº 1609/2004 e nº 1657/2005.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor em trinta dias da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Jarinu, 04 de março de 2024.

Registrada e publicada no Diário Oficial do Município

Simone Gerez de Moura  
Presidente da Câmara Municipal de Jarinu